



ANIMAIS HUMANOS E ANIMAIS NÃO HUMANOS

HUMAN AND NOT HUMAN ANIMALS

Por:

Jansen Ribeiro Pires

e-Revista Facitec, v.4, n.1, Art.5, jan-jul 2010

http://www.facitec.br/erevista/index.php?option=com_content&task=view&id=9&Itemid=2

Todos os direitos, inclusive de tradução, são reservados. É permitido citar parte de artigos sem autorização prévia desde que seja identificada a fonte. A reprodução total de artigos é proibida. Os artigos só devem ser usados para uso pessoal e não comercial.

Em caso de dúvidas, consulte a redação: revistafacitec@facitec.br.

A e-Revista Facitec é a revista eletrônica da FACITEC, totalmente aberta, inaugurada em Janeiro de 2007, com perfil acadêmico, é dedicada a professores, pesquisadores e estudantes. Para mais informações consulte o site www.facitec.br/erevista.



ANIMAIS HUMANOS E ANIMAIS NÃO HUMANOS

HUMAN AND NOT HUMAN ANIMALS

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo passar ao leitor uma das versões quanto ao conceito de "animal humano" e "animal não humano". Para esse fim, foi utilizada como perspectiva filosófica/bioética a linha desenvolvida pelo bioeticista australiano Peter Singer. Este estudo trata da insensibilidade dos humanos sobre as outras espécies, criticando o uso de animais na alimentação e nas experimentações científicas. Ademais, procurou-se analisar, mesmo que brevemente, por meio de exemplos, experimentos cruéis desenvolvidos em nome da ciência e de uma pretensa proteção à saúde. Por fim, é realizada uma reflexão sobre os parâmetros de diferenciação, caso realmente exista, sobre a suposta superioridade dos "animais humanos" em relação aos "animais não humanos".

Palavras-chave:

ABSTRACT

This article aims to move the reader of the versions on the concept of "human animal" and "non-human animal." To this end, it was used as a philosophical perspective / bioética the line developed by Australian bioethicist Peter Singer. This study deals with the insensitivity of humans on other species, criticizing the use of animals in food and in scientific trials. Furthermore, we sought to examine, albeit briefly, by way of example, cruel experiments undertaken in the name of science and an alleged health protection. Finally, it help a discussion on the parameters of differentiation, if indeed any, on the supposed superiority of "human animals" in relation to "non-human animals."

Keywords:



INTRODUÇÃO

Conforme explica Singer (2002), os seres humanos, por milhares de anos, vêm se impondo como a espécie dominante do Planeta. O impacto deste fenômeno sobre as outras espécies, sejam elas vegetais ou animais, são facilmente observáveis em face da destinação dada a cada uma delas. Por exemplo, os diferentes vegetais são classificados e separados de acordo com a sua utilidade para o homem. Alguns servirão para a alimentação, ornamentação de casas e cidades, reflorestamentos, exploração comercial da madeira e outros poucos permanecem intocados, a fim de preservar os ecossistemas naturais.

Com os animais a situação não é diferente, eles também são separados, cultivados para atender as necessidades econômicas (o que muitas vezes ocasiona sofrimento e dor) e alguns preservados em seus ambientes de origem. É difícil para os seres humanos, imaginar um mundo diferente deste. Porém, o que os autorizam a agirem desta maneira? O simples fato de o *Homo sapiens sapiens* ter atingido um grau de sofisticação intelectual superior aos das outras espécies o torna mais valioso ou melhores em relação às centenas de milhares de outros organismos que habitam a Terra?

A questão do uso dos animais pelos homens

As diferenças entre os “animais humanos” e os “animais não humanos”, que é precisamente o enfoque desta discussão, são realmente evidentes e isso não se discute. No entanto, alguns filósofos, contrariando as perspectivas da maioria das pessoas, acreditam que tais diferenças não dão aos “animais humanos” autoridade moral suficiente para tratar os “animais não humanos” da forma apresentada acima.

Peter Singer (2002) se destaca como um dos principais defensores deste pensamento. Para ele, o tratamento dispensado aos “animais não humanos”, muitas vezes, é degradante e atenta contra a sua dignidade



enquanto ser vivo, proporcionando uma vida miserável e cruel. Em seu livro, *Ética Prática*, são expostas e fundamentadas as regras morais que legitimam o uso do “princípio fundamental da igualdade”, que torna as pessoas iguais entre si, independentemente de seu sexo, cor, raça, religião ou origem social. Foi o que Sen (1999) chamou de “princípio da igual consideração de interesses”, dispositivo que propicia o convívio pacífico entre as pessoas, embora sejam tão diferentes umas das outras.

Ademais, conforme explica o economista indiano Amartya Kumar Sen (2000), a aceitação destes princípios consolidou-se muito mais no decorrer do século XX, com a predominância do sistema de governo embasado na democracia, que repudia o racismo, o sexismo, a escravidão, etc., tornando-se regra de convívio universal. No entanto, não dever ser ignorado que ainda existem resquícios desses problemas em alguns países, com graus variados de gravidade. Contudo, o que importa é que não se questiona mais a sua validade.

Esses preceitos desfrutam de grande prestígio e aceitação quase unânime em todo o mundo (GARRAFA, PRADO, 2002). Assim, o “princípio fundamental da igualdade” tem importante papel ao regular as regras de convivência entre seres humanos: a espécie *Homo sapiens sapiens*. No entanto, Singer (2002, p. 65) argumenta que os preceitos de igualdade válidos para os seres humanos deveriam ser estendido para todos os animais “não humanos”. Confira em suas palavras:

[...] vou sugerir que, tendo aceito o princípio da igualdade como uma sólida base moral para relações com outros seres de nossa própria espécie, também somos obrigados a aceitá-la como uma sólida base moral para as relações com aqueles que não pertencem à nossa espécie: os animais não humanos.

Para ele, atribuir maior valor aos interesses dos seres vivos da espécie humana não passa de uma forma de racismo embasado em pressupostos arbitrários de racionalidade ou inteligência. Esta forma de segregação obedece exatamente à maneira pela qual pensam os integrantes de grupos racistas. No momento em que os interesses dos



membros de sua própria raça entram em conflito com os de outras, eles as desqualificam, afirmando que são seres inferiores, e, por isso mesmo, não devem ser respeitados.

A esse agir é denominado pelo autor de “especismo”, que é uma forma de racismo fundamentada no conceito de espécie, o qual a maioria das pessoas têm bem desenvolvido, mas que simplesmente não percebem, acham natural. Por essa razão, acreditam que não existe qualquer mal em proporcionar sofrimento, dor ou uma vida indigna aos indivíduos de espécies animais diferentes da espécie humana. Contudo, a capacidade de um ser vivo de sentir dor e de sofrer tem implicações éticas que não deveriam ser ignoradas (GARRAFA, PRADO, 2002).

Como os “animais não humanos” possuem tais características, não seria correto afirmar que não existem motivos para considerar os interesses desses em não sofrer nem sentir dor. A única coisa que poderia variar seria a quantidade de dor que um “animal humano” e um “animal não humano” são capazes de suportar, levando-se em conta o porte físico e as características particulares de cada um desses seres. Contudo, a ato de ferir e de provocar qualquer tipo de sofrimento, independente da intensidade que ocorra entre um e outro, não deixa de ser eticamente condenável (GARRAFA, PORTO, 2003).

Os especistas poderiam argumentar que o estado de consciência dos seres humanos poderia provocar um tipo de sofrimento que os “animais não humanos” desconhecem, que é a expectativa, a dor psicológica que se somaria à dor física, imprimindo maior sofrimento aos seres humanos. Razão pela qual seria mais errado fazer um ser humano sofrer do que um “não humano”.

Singer (2002) propõe a seguinte reflexão: se os “animais não humanos” sofrem menos, por não terem consciência de si, seria correto afirmar que alguns “animais humanos”, tais como os doentes mentais graves, bebês e crianças muito novas, que também não têm consciência de si, não compartilhariam da dor psicológica sentida pelos seres humanos



normais. Dessa forma, são exatamente como os “animais não humanos”, sofrem menos. Por isso, se for aceito que se maltrate um “animal não humano” qualquer, devido a sua inconsciência da própria existência como um ser único, um indivíduo, por simetria seria admissível aceitar que se desse também o mesmo tratamento aos doentes mentais graves, bebês e crianças muito novas. Logo, não seria tão errado fazê-los sofrer.

Essa ideia só poderia ser classificada como bizarra, se, e somente se, a pessoa que assim o considerar for especista. Isto é, se acreditar que existe algo muito diferente nos seres humanos que os tornam especiais em relação aos outros seres vivos. As implicações éticas deste comportamento são extremamente importantes para começar a compreender as questões relacionadas à defesa dos direitos dos animais.

Logo, como será discutida a seguir, a questão do uso de animais pelos seres humanos, como, por exemplo, na alimentação, ou como ocorre nos projetos de pesquisa, onde submetidos a verdadeiras torturas em nome do bem-estar da humanidade e do progresso da ciência, despencam em abismos éticos profundos. Pois, como exposto por Singer, o especismo não passa de uma forma de discriminação que os seres humanos nutrem contra todos os outros seres vivos do Planeta, autorizando, desse modo, a imoralidade da prática de atrocidades contra esses seres, em nome de uma suposta superioridade embasada unicamente no critério de inteligência e de racionalidade.

O uso de animais na alimentação e como cobaias pelos laboratórios de pesquisa

De acordo com Singer (2002), a principal forma de contato que se tem com os animais ocorre no momento em que os seres humanos fazem as suas refeições. São consumidas quantidades enormes de proteína de origem animal, a fim de satisfazer o apetite das pessoas. Esse simples hábito alimentar proporciona, de acordo com o pensamento do estudioso, a oportunidade de se analisar até que ponto o consumo de carnes é



realmente indispensável para a sobrevivência dos seres humanos. Nesta questão, o autor admite que os esquimós deveriam ser inocentados, já que o ambiente onde vivem não permite que se faça agricultura, sendo, portanto, um caso particular de sobrevivência. Ou eles matam para se alimentar ou morrerão de fome.

A situação descrita não pode ser estendida para a maior parte das pessoas do planeta. Elas vivem em grandes cidades que são abastecidas regularmente com este tipo de proteína. Assim, a substituição por alimentos de origem vegetal seria, do ponto de vista do respeito aos direitos dos animais, a alternativa, além de mais saudável, como apontado por profissionais de saúde, a de maior relevância ética.

Como isso não ocorre, faz-se necessário responder à seguinte pergunta: por que as pessoas insistem em se alimentar da carne dos animais, se na verdade a sua ingestão não é fundamental para a manutenção de suas vidas, podendo este alimento ser substituído por uma infinidade de outros de origem vegetal, muito mais nutritivos e melhores para sua saúde? O autor responde da seguinte forma: os animais são abatidos e preparados para alimentar os seres humanos unicamente para atender aos caprichos alimentares desta espécie.

O uso de carnes na alimentação humana não passa de “um luxo, e só é consumida por pessoas que apreciam o seu sabor” (SINGER, 2002, p. 72). Portanto, não estão de maneira alguma preocupadas, quando fazem a suas refeições, em avaliar o grau de dor e sofrimento contido naquele pedaço de carne servido em seus pratos, pois estão apenas dispostas a satisfazer a sua predileção por este tipo de alimento.

Esta resposta leva a outra reflexão. Como existe uma necessidade de se produzir quantidades muito grande de proteína animal para atender às expectativas do mercado consumidor, a diminuição dos custos de produção é uma urgência econômica que não pode ser ignorada. Assim, “os animais são submetidos a vidas miseráveis para que a sua carne se



torne acessível aos seres humanos ao mais baixo custo possível” (SINGER, 2002, p. 73).

Os confinamentos, as investidas em rações com hormônios de crescimento e engorda, em locais onde os espaços destinados a eles só permitem que fiquem em pé durante o dia e que se deitem ou se escorem quando cansados, são amplamente aceitos pelo conjunto da sociedade. Tais métodos são adotados em favor da maximização da taxa de conversão das rações, que lhes são oferecidas, em carne, para serem economicamente viáveis a sua produção em escala industrial. Logo, a adoção destas técnicas torna a vida destes animais simplesmente insuportáveis, uma vez que lhes infligem sofrimento e dor, desde o nascimento, transcurso (entenda como engorda) até o momento do abate.

O processo de produção de carnes em escala industrial, descrito no parágrafo anterior, só não agride os que são especistas. Para os que não adotam esta forma de ver as coisas, seria razoável, pelo menos em respeito à ética dos direitos dos animais, que se procurassem dar dignidade a eles durante o período em que estivessem vivos, mesmo que a sua destinação final fosse para atender aos paladares humanos de seus hábitos alimentares de degustação da proteína animal.

A possibilidade de serem criados livremente, em ambientes mais próximos daqueles de seu estado natural, certamente daria a oportunidade de viverem com dignidade, de não sofrerem. Portanto, Singer (2002) apela para os que não pretendem mudar os seus hábitos alimentares de consumir carnes, que, pelo menos, procurem consumir as de animais que, com absoluta certeza, não passaram pelo cruel processo de criação industrializada.

Logo, a utilização dos animais na alimentação humana, por mais estranha que pareça, reflete, na verdade, o “especismo” de considerar totalmente natural que a vida dos “animais humanos” é mais sagrada ou mais importante do que a dos “animais não humanos”. Isto é, o consumo de suas carnes ocorre pelo simples fato de os seres humanos serem



especistas (racistas) e, assim, desconsideram o direito legítimo dos animais de não terem uma vida miserável destinada à servidão.

Um outro ponto que deve ser analisado, ainda neste item, é a questão da utilização de animais como cobaias em experimentos científicos. Já foi dito na discussão da destinação dos animais para o alimento que existem também certas pessoas nessa situação de animalização ou inferiorização, ou mesmo inexistente a qualidade de serem racionais ou inteligentes. Não se trata de propor o rebaixamento do *status* de humanidade desses espécimes. Na verdade, não é uma tentativa de desqualificar ou de dar menor importância à vida os organismos que não possuem tais características. Muito pelo contrário, procura-se mostrar que tais fatores não são argumentos suficientemente fortes para justificar o erro de dar maior importância e valor à vida dos animais que têm consciência de si.

A proposta defendida por Singer (2002) é de estender aos “animais não humanos” o “princípio da igual consideração de interesses”. Ou seja, de se elevar o status dos “animais não humanos” aos dos “animais humanos”. Partindo da hipótese de que esta é uma regra aceita pela maioria das pessoas, o fato de submeter seres vivos às experiências científicas, independentemente de serem ou não animais humanos, deveria ser visto como um atentado contra a sua dignidade. Logo, se tais práticas são proibidas para os seres da espécie *Homo sapiens sapiens*, as pessoas deveriam também rejeitar este procedimento para os indivíduos de espécies animais diferentes.

Conforme explicam Volnei Garrafa e Mauro Prado (2002), a Bioética surgiu e se desenvolveu como disciplina justamente para proteger os sujeitos vulneráveis. Principalmente aqueles mais suscetíveis de sofrerem danos como fruto do amadurecimento do sistema de governo embasado na democracia.

Ao longo do século XX, ficou patente a ilegitimidade de experiências que atentavam contra a dignidade dos seres humanos, como, por



exemplo, os realizados no hospital público de Willowbrook e no Hospital Israelita de Doenças Crônicas, como também o caso Tuskegee, ocorrido nos Estados Unidos, no Estado do Alabama.

Todos esses eventos demonstram que se deve ter o maior cuidado em não se ferir o “princípio da igual consideração de interesses”, independentemente das diferenças existentes entre os seres humanos. Assim, aceitar que tais mecanismos de proteção aos vulneráveis têm uma sólida base ética e, se for acatado que o “princípio da igual consideração de interesses” seja estendido aos “animais não humanos”, as pessoas admitirem que existe também uma sólida base ética para não submeter os chamados animais a experimentos que atentam contra a sua dignidade ou que lhes proporcione qualquer tipo de dor e sofrimento, exatamente como ocorre com os “animais humanos”. Se as pessoas costumam dizer que a vida é sagrada, não deveriam pensar unicamente na vida humana, mas ampliar esta concepção aos animais de outras espécies

Essa visão, defendida por Singer (2002, p. 75), propicia jogar outro olhar sobre o que realmente acontece no mundo das experimentações ditas científicas, mas isso é um engano:

As pessoas às vezes pensam que as experiências com animais atendem a objetivos vitais e podem ser justificadas com base no fato de que aliviam mais sofrimento do que provocam.

A maior parte dos experimentos com animais ocorre para atender apenas às necessidades quase que mosoquistas e a interesses comerciais. Como, por exemplo, as empresas que testam novos xampus e cosméticos, pingando porções destes produtos, em elevado grau de concentração, nos olhos dos coelhos. Este teste é conhecido como “teste de Draize”. O objetivo de tal experimento seria o de determinar o grau de irritabilidade provocado pela ação destas substâncias sobre a pele e a mucosa das pessoas. Embora já tenha sido descoberta uma forma alternativa e mais eficiente de se obter os mesmos resultados sem o uso de coelhos, muitas



empresas deste ramo continuam utilizando os animais, seja por ser mais barato, seja por puro especismo de sua administração.

Portanto, o simples ato de ir às compras e encantar-se com as novas propriedades dos xampus, fartamente diversificados sobre as prateleiras, passa despercebido para maioria das pessoas (não porque elas são más, mas em razão do desconhecimento ou de seu inconsciente especismo) que muito sofrimento foi imposto a “animais não humanos”, a fim de torná-las mais atraentes e belas.

Veja este outro relato de Singer (2002, p. 76) sobre os experimentos realizados com animais:

No Instituto de Radiobiologia das Forças Armadas dos Estados Unidos, em Bethesda, Maryland, os macacos do gênero *Rhesus* têm sido treinados para correr dentro de uma grande roda. Se reduzirem muito a velocidade, a roda faz o mesmo, e os macacos levam um choque elétrico. Quando os macacos já foram treinados para correr por longos períodos, recebem uma dose letal de radiação. E então, sentindo-se mal e vomitando, são forçados a continuar correndo até cair.

Ironicamente, o Estado de Maryland sediou, em 1978, na cidade de Elkridge, a celebração das conclusões do Relatório Belmont, que propunha dispositivos de controle social na pesquisa em seres humanos, e desconsidera que experimentos repugnantes, como o apresentado acima, possam ser feitos com “animais não humanos”. Tudo isto em nome de uma pretensa superioridade da espécie humana perante as não humanas, fundamentada unicamente no especismo.

A dita experiência científica, se isso possa servir de compensação àqueles que não discordam desta situação, teria o objetivo de verificar quanto tempo os soldados americanos, uma vez expostos às doses letais de radiação nas mesmas condições, poderiam manter-se combatendo o inimigo antes de morrer.

Novamente os macacos são levados a protagonizar experimentos medonhos (SINGER, 2002, p. 76):



H. F. Harlow, do Centro de Pesquisas com Primatas de Madison, Wisconsin, criou macacos em condições de privação materna e total isolamento. Descobriu que, assim, podia reduzir os macacos a um estado em que, ao serem colocados entre macacos normais, ficavam agachados num canto, em condições de depressão e medo contínuo. Harlow também produziu, entre as macacas, mães tão neuróticas que esmagavam os rostos de seus filhos no chão, e depois os esfregavam para a frente e para trás.

Pergunta-se: existe um objetivo nobre suficiente para justificar tamanha crueldade para com estes seres? Estariam os macacos evolutivamente tão abaixo dos "animais humanos" que estes poderiam dispor livremente de suas vidas? E mesmo que fossem realmente inferiores não seria mais correto e sublime proteger tais seres vivos? Entretanto, o que fica evidenciado, como apontado por Singer, é que faltam justificativas éticas para legitimar o uso de animais nas experimentações científicas. Além disso, os resultados obtidos nos exemplos expostos, destacando-se principalmente este último, não trazem quaisquer benefícios diretos para os seres humanos, ou eles são totalmente obscuros e incertos.

Contra esta conclusão, os especistas poderiam indagar: e as vacinas que são produzidas para salvar a vida de milhares de pessoas, o uso de animais seria ilegítimo do ponto de vista da ética? De acordo com a perspectiva de Singer (2002), fundamentada no utilitarismo, a resposta seria não. Existiriam justificativas suficientemente fortes para aceitar que "animais não humanos" fossem sacrificados para atingir um objetivo mais nobre. No entanto, isto seria uma prova cabal de que os "animais não humanos" são indubitavelmente semelhantes aos "animais humanos", uma vez que são utilizados nos experimentos para simular as reações que um ser humano teria se lhe fosse administrada a droga que está sendo pesquisada.

Por essa razão, Singer (2002, p. 76) defende que não seria imoral que pessoas acometidas por lesões cerebrais graves ou bebês pudessem substituir os animais nos experimentos. No caso dos coelhos, para não deixar os especistas sem resposta, o autor sugere a seguinte resposta:



esses testes não são necessários para impedir o sofrimento humano: mesmo que não existisse outra alternativa ao uso de animais para testar a segurança dos produtos, já dispomos de um número suficientes de xampus [...].

A falácia da urgência, no que tange à utilização de animais como cobaias, usada para justificar a crueldade para com estes organismos, só poderia ser aceita por grupos totalmente especistas, supondo que milhões de pessoas pudessem ser salvas com sacrifício da vida de uma certa quantidade de “animais não humanos”.

O embasamento ético evocado para sustentar a sua plausibilidade obrigaria os cientistas e a própria sociedade a crer que as diferenças principais entre “animais humanos” e “animais não humanos” repousariam sobre o fato destes últimos não terem desenvolvido racionalidade e inteligência. No entanto, há comprovações científicas de que macacos (chimpanzés, gorilas e orangotangos) têm conseguido confeccionar ferramentas, usá-las e de transmitirem este conhecimento para os seus descendentes (SINGER, 2002).

Além dessas habilidades, eles são capazes de aprender a linguagem dos surdos. Ao analisar a situação das baleias e golfinhos, há indícios de terem desenvolvido uma complexa linguagem que permite a comunicação entre eles. Note que nesse caso em particular os humanos não interferiram como fizeram com os macacos, as baleias e golfinhos, que desenvolveram a própria linguagem. As evidências de racionalidade e de inteligência em tais seres são irrefutáveis. Dessa forma, os critérios de diferenciação entre os *humanos* e os *não humanos* necessariamente deveriam ser aplicados, também, para certos indivíduos da espécie humana.

Diante do quadro a cima, como seria respondida a pergunta de Singer (2002, p. 77): “Os que fazem as experiências estariam preparados para fazê-las com seres humanos órfãos com lesões cerebrais graves e irreversíveis, se esta fosse a única maneira de salvar milhares de outras



peças?”. A resposta dependeria de duas perspectivas distintas. No primeiro grupo estariam os especistas, que provavelmente ficariam bastante perturbados e, talvez, até mesmo indignados com tal proposição e a resposta seria um retumbante **não**. Que isto seria imoral, que atentaria contra os direitos humanos. Enfim, eles teriam munição, mais do que suficiente, para defender a dignidade da pessoa humana.

No entanto, os que pertencem ao segundo grupo, os não especistas, a exemplo de Singer, dariam uma resposta do ponto de vista ético, mais consistente. Diriam eles: repare bem, os interesses que deverão ser protegidos exigem a precisa definição do que é pessoa e do que é humanidade. As linhas limítrofes que definem pessoa e humanidade são difíceis de serem encontradas, quando for aceito que os interesses dos animais de não sentirem dor e sofrerem são tão importantes quanto aos dos indivíduos da espécie humana. Assim, o fato de certos indivíduos pertencerem à espécie *Homo sapiens sapiens* não é argumento moral suficientemente consistente para configurar tanta diferença, que justifique o erro de ignorar a legitimidade do uso do “princípio da igual consideração de interesses” para os “animais não humanos”.

Se a morte destes animais pudesse salvar a vida de milhares de pessoas, seria perfeitamente aceitável, do ponto de vista ético, que se fizesse exatamente a mesma coisa com indivíduos com lesões cerebrais graves e irreversíveis. Eles poderiam, sem qualquer constrangimento moral para a sociedade e para os cientistas, serem utilizados em experimentos que levassem a sua morte, a fim de atingir o objetivo mais nobre e mais sublime: salvar a vida de milhões de seres humanos inocentes com consciência de si. Ademais, num posicionamento menos radical, Pimenta e Silva observam que a utilização de animais em experimentações deveria seguir rigorosamente o princípio da indispensabilidade, admitindo o seu uso em ensaios clínicos e cirúrgicos, desde que com respeito e cujos resultados retornem em benefícios para o homem e para eles próprios.



CONCLUSÃO

O direito dos animais expostos nesta discussão apresenta as principais perspectiva discutidas pela Bioética na atualidade. A pretensão não é a de criar uma militância para convencer as pessoas a se tornarem vegetarianas ou de instigar a invasão e destruição de laboratórios que façam o uso de animais em seus experimentos.

O objetivo é informar e educar para uma perspectiva mais consciente das ações humanas frente aos outros seres que habitam a Terra. É estimular, em uma escala mais ampla, as preocupações de estabelecer protocolos, regras, fundamentadas no “princípio da igual consideração de interesses”, que permitam aos “animais humanos” a não discriminarem os “animais não humanos”. De quebrarem as barreiras do especismo, pois, em 1970, quando Van Rensselaer Potter escreveu o livro, *Bioética: uma ponte para o futuro*, estava evidente a necessidade de se diminuir a voracidade predatória do homem sobre a natureza, de se preservar os ecossistemas naturais, a fim de garantir a sobrevivência não apenas dos seres humanos, mas a de todos os seres vivos do Planeta.

REFERÊNCIAS

GARRAFA, Volnei, PORTO, Dora. Bioética, poder e injustiça: por uma ética de intervenção. In: GARRAFA, Volnei, PESSINI, Leo (Orgs.). *Bioética: poder e injustiça*. São Paulo: Loyola, 2003.

GARRAFA, Volnei; PRADO, Mauro. Hard bioethics: demanding the best for the most. In: *Perspectives in Health*. The Magazine of the Pan American Health Organization- OPS/OMS, volume 7, number 1, 2002. p. 30 – 31.

PIMENTA, Luiz Gonzaga and SILVA, Alcino Lázaro da. Ética e experimentação animal. *Acta Cir. Bras.* [online]. 2001, vol.16, n.4 [cited 2009-12-16], pp. 255-260 .

SEN, Amartya Kumar. *Desenvolvimento Como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 409 p.



SEN, Amartya Kumar. *Sobre Ética e Economia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. 143 p.

SINGER, Peter. *Ética Prática*. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002. p. 77. Título original *Practical Ethics*. (Coleção biblioteca universal).